

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2018

1. Contexto Operacional

A Fusam Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava foi instituída pela Lei Municipal nº 2076 de 17 de Novembro de 1983, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Tem como missão prestar assistência médico-hospitalar, da melhor qualidade, para as pessoas de todos os grupos sociais da cidade de Caçapava.

É composta pelas unidades de Hospital, Pronto Socorro (Adulto e Infantil) e PAM – Pronto Atendimento Médico (Vila Menino Jesus).

Os recursos são oriundos dos serviços médicos decorrentes dos atendimentos aos pacientes: do Sistema Único de Saúde – SUS, de convênios, de atendimentos a particulares; de transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Caçapava, de doações de pessoas jurídicas e pessoas físicas, e eventualmente a Fusam arrecadam fundos por meio da participação em eventos.

A Fusam possui os seguintes certificados:

Utilidade Pública Federal pela Portaria nº 1.176 de 03/10/2002.

Utilidade Pública Municipal – Lei 2.085 de 23/02/1984.

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - processo 71010.001017/2003-64.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas e posteriores.

Estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais (R\$), e estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

A publicação dessas demonstrações contábeis ocorrerá após a apresentação das mesmas em assembleia dos conselhos: Administrativo e Curador.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

2.2.1. Receitas e Despesas

As receitas e despesas são contabilizadas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através de comprovantes de recebimento, entre eles: Recibos, Avisos Bancários, estando respaldadas por documentos; e ou formalizações destes atos pela administração da fundação. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais, Recibos e demais documentos em conformidade com as exigências do fisco legal.

2.2.2. Receitas de Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência à alta do paciente.

2.2.3. Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado quando do lançamento das mesmas às aplicações da entidade.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e pagamento de fornecedores, juros sobre empréstimos, e atualização de passivos (Parcelamentos).

2.2.4. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

As doações são advindas de pessoas físicas e jurídicas.

2.2.5. Gratuidades

No ano de 2018, a fundação não registrou recursos provenientes de ações em gratuidade.

2.2.6. Recursos recebidos para execução de projetos

Os recursos monetários obtidos com a celebração e a execução de projetos na área de saúde são registrados na conta de bancos em contrapartida de conta patrimonial do passivo. Essa receita é lançada no resultado quando do registro da despesa relacionada ao custeio de despesas relacionadas a estes projetos.

Estes registros são efetuados em conformidade a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e à medida que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

2.2.7. Aplicação de Recursos

Os recursos foram utilizados para custeio e manutenção dos serviços da fundação.

2.2.8. Trabalho Voluntário

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A Administração da fundação entende que os “serviços voluntários” existentes atualmente são referentes aos membros dos “Conselhos” e os membros não são remunerados, conforme disposição legal e estatutária.

Nesse sentido, o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos da Administração da fundação, no exercício de suas funções, está reconhecido em Nota Explicativa pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Ademais a Fundação não recebeu a doação de serviços oferecidos por jurídicas.

2.2.9. Caixa e equivalentes de caixa.

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 120 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.2.10. Contas a Receber

Estão apresentadas a valores de realização. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída com base na Resolução CMN nº 2.682/99 - que dispõe sobre critérios de classificação e regras para a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, prevendo a classificação dos créditos em ordem crescente de risco e com percentuais proporcionais a estes riscos - está em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas.

- | | |
|------------------------------|---------------------|
| a) atraso entre 15 e 30 dias | risco nível B, 1%; |
| b) atraso entre 31 e 60 dias | risco nível C, 3%; |
| c) atraso entre 61 e 90 dias | risco nível D, 10%; |

- | | |
|-------------------------------|----------------------|
| d) atraso entre 91 e 120 dias | risco nível E, 30%; |
| e) superior a 180 dias | risco nível H, 100%; |

A fundação registrou mensalmente a produção dos serviços de saúde junto a Prefeitura Municipal de Caçapava (pacientes SUS).

A entidade não traz os valores de créditos a receber ao seu valor presente por serem de vencimento de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

2.2.11. Imobilizado

Imobilizado – construção em Andamento

São registrados neste grupo os investimentos na ampliação do hospital, que envolvem edificações, instalações, mão de obra, dentre outros, e que por estarem em andamento, não sofrem depreciação. Os valores serão transferidos para as respectivas rubricas do imobilizado quando da conclusão das obras e início das operações, quando também passarão a ser depreciado pela vida útil.

Imobilizado – demais itens

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição reduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

No ano de 2017 a Entidade reverteu o saldo proveniente do laudo de avaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado com data base de 31/12/2011, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurou-se a mais valia de R\$18.892.874,69 (Dezoito Milhões Oitocentos Noventa e Dois Mil, Oitocentos e setenta quatro reais e sessenta nove centavos). Os registros contábeis foram em contrapartida a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no subgrupo do Patrimônio Social.

Nota. Em 2015 a Fundação contratou a empresa STAFF Auditoria & Assessoria – EPP, empresa especializada em consultoria patrimonial, para efetuar o levantamento, conferência e cadastramento de todos os bens móveis da entidade, incluindo a comparação dos bens contabilizados com os efetivamente encontrados.

Os relatórios – objetos desta contratação – não foram encaminhados à contabilidade para os devidos exames e contabilização, mesmo tendo decorrido, aproximadamente, um ano da data que deveriam ter sido concluídos.

A apuração da depreciação dos itens adquiridos nos anos posteriores foi efetuada e baseada em critérios definidos pela consultoria realizada em 2011 pela empresa AfixCode.

Ressalto que a contratação do levantamento patrimonial, tinha como finalidade primordial, a atualização e controle dos bens de propriedade da entidade. O reconhecimento e resultado deste trabalho serão contabilizados após avaliação dos conselhos deliberativos da fundação, e seus efeitos serão ajustados contra a conta de Déficit Acumulado, após autorização da assembleia.

2.2.12. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Depreciação	
Aparelhos de Medicina e Cirurgia	1 - 20 anos
Computadores e Periféricos	1 - 9 anos
Edificações	3 - 25 anos
Equipamentos	1 - 18 anos
Equipamentos Eletrônicos	3 - 10 anos
Ferramentas	5 - 6 anos
Instalações	10 anos
Máquinas	2 - 18 anos
Móveis e Utensílios	1 - 10 anos
Veículos	9 - 10 anos

2.2.13. Intangível

Os softwares adquiridos pela fundação têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

2.2.14. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é de 5 (cinco) anos.

2.2.15. Demais Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes

São registrados de acordo com o princípio de competência. São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os valores relativos às obrigações a recolher referente a “Parcelamentos” estão registrados com os acréscimos legais até da data de encerramento do período contábil – 31/12/2018.

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.2.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Os custos são registrados no resultado.

2.2.17. Obrigações Tributárias

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o Artigo 150 da CF/88. Ela goza também de isenção de outros tributos federais, como a COFINS e PIS sobre Faturamento. A tributação sobre rendimentos de aplicação financeira obedece à legislação em vigor e é retida na fonte.

Está isenta do pagamento de impostos municipais.

2.2.18. Estimativas Contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Fundação. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua pela Fundação.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam ter um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 4 – Contas a Receber – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota 19.3 – Provisão de Reserva para Contingências

2.2.19. Patrimônio Social

Representado pelo Patrimônio Social inicial, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, reduzido do déficit acumulado; acrescido e/ou reduzido pelo superávit e/ou déficit apurados anualmente.

O Patrimônio Líquido negativo está demonstrado sob o título “Passivo a Descoberto”, conforme Resolução CFC 1.049/2005.

2.2.20. Superávit e/ou Déficit do Exercício

É incorporado ao patrimônio social no encerramento do exercício social, após avaliação dos membros conselheiros.

2.2.21. Das Demonstrações Contábeis

Em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade a entidade elaborou:

Balanço Patrimonial

Demonstração do Déficit

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

As fundações estão dispensadas da elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (NBC T 3.4) por estar incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

2.2.22. Demonstração do Resultado Abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

A demonstração do resultado abrangente está demonstrada em conjunto as Demonstrações do Superávit e Déficit.

3. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa.

Os recursos financeiros, que a Fundação possui, mas que estão vinculados a execução de projetos estão apresentados na rubrica de recursos com restrição.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o total de caixa e bancos, era composto da seguinte forma:

	R\$	
	2018	2017
Valores em Caixa	4.900,00	4.900,00
Valores em Conta Corrente sem Restrições	10.036,04	29.354,76
Valores em Conta Corrente com Restrições	-	58.313,19
	<u>14.936,04</u>	<u>92.567,95</u>

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são representadas por investimentos a curto prazo.

		R\$	
	Conta	2018	2017
B.Brasil S.A	61.074-7	3.278,75	530,82
B.Brasil S.A	61.078-X	415,68	1.838,60

B. Itaú S.A	33.350-6	1.919,84	245.504,71
B. Itaú S.A	07709-5	62,47	57,52
B.Brasil S.A	61.077-1	6.884,62	6.731,65
Bradesco	69.609-9	15.169,58	15.036,85
Com Restrições			
B.Brasil S.A	34.503-2	85.942,50	219.401,50
B.Brasil S.A - Recursos com Restrições	61.076-3	30.687,67	15.227,27
		144.361,11	504.328,92
		144.361,11	504.328,92

Os recursos financeiros que a Fundação possui, e que estão vinculados a execução de projetos, estão apresentados na rubrica de “recursos com restrição”.

4 – Contas a Receber

As Contas a receber estão assim compostas:

	R\$	
	2018	2017
(+) Créditos Pacientes Particulares	1.950,37	1.950,37

(+) Prefeitura Municipal de Caçapava	-	2.822.916,67
(+) Valores a Receber da Unimed Caçapava - Cooperativa de Trabalho Médico	0,03	0,03
(+) Valores a Receber de Outros Convênios	97.002,00	35.292,54
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	(38.295,41)	(34.858,17)
	<u>60.656,99</u>	<u>2.825.301,44</u>

5 – Estoques

O custo dos estoques é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

Os estoques estão avaliados pelo custo médio, e estão assim compostos:

	R\$	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Materiais de Expediente	22.805,01	19.840,21
Materiais de Conservação e Limpeza	25.897,03	25.695,47
Material de Nutrição e Dietética	46.070,07	44.843,02
Material Hospitalar	<u>537.842,43</u>	<u>473.929,20</u>
	<u>632.614,54</u>	<u>564.307,90</u>

6 – Tributos a Compensar

Compostos pelos valores pagos de INSS no período de 06/2007 a 10/2011 (cota patronal) que fora objeto do pedido de ressarcimento e/ou compensação à Receita Federal, em virtude da concessão do registro de entidade filantrópica; e de uma GPS – retenção serviços de terceiros paga em duplicidade em 2018.

	R\$	
	2018	2017
INSS a Recuperar	16.483.032,36	16.454.070,40

7 – Outros Ativos Circulantes

Compõem este subgrupo as aplicações em gastos que tenham a realização no curso do exercício subsequente à data do Balanço Patrimonial.

	R\$	
	2018	2017
Créditos com Pessoal	0,00	0,00
Créditos com Terceiros	11.172,15	4.011,75
	<u>11.172,15</u>	<u>4.011,75</u>

8 – Ativos não Circulantes

8.1. Outros Ativos não Circulantes

Em 31/12/2018 não registramos movimento em contas deste grupo.

8.2. Imobilizado

8.3. Intangível

A Fundação promoveu a avaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado em dezembro de 2011, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurando a mais valia de R\$18.892.874,69 (Dezoito Milhões Oitocentos Noventa e Dois Mil, Oitocentos e setenta quatro reais e sessenta nove centavos).

O registro contábil teve como contrapartida a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no subgrupo do Patrimônio Social.

A Fundação também efetuou a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado.

Em 2017 a Fundação reverteu o saldo proveniente do laudo de avaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado - R\$18.892.874,69 (Dezoito Milhões Oitocentos Noventa e Dois Mil, Oitocentos e setenta quatro reais e sessenta nove centavos) e o saldo da Depreciação Acumulada R\$5.732.371,53 (cinco Milhões, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta um reais e cinqüenta três centavos). Os registros contábeis foram em contrapartida a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no subgrupo do Patrimônio Social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de imobilizado, sem restrições, era composto da seguinte forma (valores em R\$):

Ativo Imobilizado	Taxas anuais de Depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Ap.de Medicina e Cirur.	10	788.601,21	560.711,96	227.889,25	255.255,12
Computadores e Perif.	20	387.764,92	385.563,29	2.201,63	7.746,94
Direito de Uso	0	3.353,66	-	3.353,66	3.353,66
Edificações	4	354.863,04	349.459,02	5.404,02	94.188,35
Equipamentos	10	480.307,13	366.543,11	113.764,02	137.577,18
Equip.Eletrônicos	20	158.709,85	123.402,23	35.307,62	53.033,10
Ferramentas	20	807,10	807,10	-	-
Instalações	10	854.154,32	795.970,34	58.183,98	115.655,90
Máquinas	10	112.755,00	85.204,00	27.551,00	33.946,31

Móveis e Utens.	10	1.332.915,01	1.177.448,96	155.466,05	241.982,11
Terrenos	0	1.688.505,79	-	1.688.505,79	1.688.505,79
Veículos	20	151.760,39	151.760,39	-	-
Imob.Aguard.Tombam.	0	4.277,01	-	4.277,01	1.414,61
Imob.em Construção	0	-	-	-	-
Total do Imobilizado		6.318.774,43	3.996.870,40	2.321.904,03	2.632.659,07

31/12/2018

31/12/2017

<u>Ativo Intangível</u>	<u>Taxas anuais de Depreciação</u>	<u>Valor Corrigido</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Residual</u>	<u>Valor Residual</u>
Oracle Database	20	12.461,59	12.461,59	0	0
Microsoft Windows 2003	20	4.940,24	4.940,24	0	0
Linux	20	1.059,75	1.059,75	0	0
Outros Softwares	20	2.490,00	2.490,00	0	0
		20.951,58	20.951,58	0	0
Total do Imobilizado		6.339.726,01	4.017.821,98	2.321.904,03	2.632.659,07

8.4. Movimentação do Imobilizado foi afetada pelas seguintes operações (valores em R\$):

Movimentação do Ativo Imobilizado	2018	2017
Saldo Inicial	R\$ 2.632.659,07	R\$ 16.003.590,79
(+) Adições no exercício	R\$ 46.131,56	R\$ 127.922,50
(-) Baixas no exercício (Aj.Avaliações)	-	R\$ (13.160.503,16)
(-) Depreciação no exercício	R\$ (356.886,60)	R\$ (338.351,06)
Saldo Final	R\$ 2.321.904,03	R\$ 2.632.659,07

*Intangível sem movimentações.

8.5. Metodologia da Avaliação da Vida Útil Econômica

Determinação da vida útil econômica.

Conforme laudo técnico apresentado pela empresa AfixCode, em conformidade a estudos técnicos e ciclo de vida útil para empresas deste segmento, conclui-se que os bens de conteúdo (Aparelhos de Medicina e Cirurgia, Computadores e Periféricos, Equipamentos, Equipamentos Eletrônicos, Ferramentas, Máquinas, Móveis e Utensílios, Veículos e Edificações) receberam vida útil conforme sua espécie com base no estudo dos sub-grupos e em seguida conforme conta contábil.

Depreciação

Aparelhos de Medicina e Cirurgia	1 - 20 anos
Computadores e Periféricos	1 - 9 anos
Edificações	3 - 25 anos
Equipamentos	1 - 18 anos
Equipamentos Eletrônicos	3 - 10 anos
Ferramentas	5 - 6 anos
Instalações	10 anos
Máquinas	2 - 18 anos
Móveis e Utensílios	1 - 10 anos
Veículos	9 - 10 anos

9. Fornecedores

Os valores devidos aos Fornecedores estão compostos pelos saldos de 2018 e exercícios anteriores, e apresentados segregados pela descrição:

	R\$	
	2018	2017
Fornecedores de Serviços	2.989.104,09	2.619.737,12
Fornecedores de Materiais	1.000,695,79	1.758.102,12
	3.989.799,88	4.377.839,24

10. Parcelamentos: Impostos e Contribuições

10.1. Parcelamentos

Todos os parcelamentos estão segregados em Curto e Longo Prazo.

		Valores em R\$	
	Nº de Parcelas	2018	2017
FGTS - Lei 11.345/2006	12	252.000,00	198.000,00
PGFN - Procuradoria Geral do Fazenda Nacional		-	32.236,33
IRRF - Lei 11.941	12	311.337,37	300.000,00
Total de Parcelamentos no Curto Prazo		563.337,37	530.236,33

11. Obrigações com Pessoal

Estão assim dispostos:

	R\$	
	2018	2017
Empréstimos Consignados Folha de Pagto.	105.526,34	102.908,56
Pensões Alimentícias a Pagar	2.884,06	2.503,71
Rescisões Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Salários a Pagar	987.198,17	958.409,48
Indenizações Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Clube Mafersa	2.444,58	1.998,00
	1.098.053,15	1.065.819,75

12. Provisão de Férias

	R\$	
	2018	2017
Provisão de Férias	1.733.961,11	1.726.930,79
Encargos Sociais Prov.Férias	156.056,49	155.423,77
	1.890.017,60	1.882.354,56

Os valores de provisão de férias foram estimados – mensalmente - tendo como base o valor bruto da FOPG acrescido de 1/3; e ajustados pela provisão gerada pelo sistema (SIAM) em 12/2018.

Encargos estimados sobre provisão de férias: FGTS e PIS/PASEP.

13. Obrigações Sociais e Previdenciárias

R\$

	2018	2017
Contribuições a Sindicatos a Recolher	339,13	357,64
FGTS a Pagar	175.613,64	168.822,48
INSS a Pagar *	139.700,73	179.406,73
PIS/PASEP a Recolher	14.634,74	14.731,33
	<u>330.288,24</u>	<u>363.318,18</u>

*Em 31/12/2018 contavam sem pagamentos, as retenções de INSS (FOPG e Autônomos) e retenção Serviços Terceiros competências 12.

14. Obrigações Tributárias Fiscais

Nos valores de Obrigações Acessórias estão os descontos relativos às contribuições: I.S.S.Q.N, COFINS, CSL e PIS/PASEP das empresas prestadoras de serviços, com vencimento para janeiro e fevereiro de 2019.

	<u>R\$</u>	
	2018	2017
IRRF a Recolher	1.272.060,66	804.284,26
Obrigações Acessórias	18.846,02	18.517,04
	<u>1.290.906,68</u>	<u>822.801,30</u>

15. Empréstimos e Financiamentos

Sem empréstimos ativos e/ou em vigência.

16. Receitas e Custos com contratos de parceria.

16.1 Receitas e Custos com contratos de parceria - EDUCASUS.

A Fundação recebeu recursos do contrato de parceria junto a FEHOSP, no ano de 2018, no valor de R\$23.854,42 para serem utilizados no custeio das atividades do projeto de TELEMEDICINA. O valor creditado é para custeio anual da participação da fundação no projeto EDUCASUS. Os recursos recebidos serão repassados a empresa Ata Tecnologia, que é a responsável pela manutenção técnica das transmissões.

Estes valores foram registrados em: receitas, custo e contas bancárias, bem como no passivo circulante.

Movimentação do Projeto	2018	2017
Saldo Inicial	R\$ 15.227,27	R\$ 9.210,45
(+) Recebimentos	R\$ 23.854,42	R\$ 23.854,43
(-) Custos	-R\$ 8.643,99	-R\$ 17.837,61
(+) Rendimentos	R\$ 249,97	R\$ 23.854,43
Saldo Final	R\$ 30.687,67	R\$ 15.227,27
cta.aplicação Bco.do Brasil 61.076-3 - com restrições	R\$ 30.687,67	R\$ 15.227,27
	R\$ 30.687,67	R\$ 15.227,27

A Fundação não obteve nenhum resultado financeiro por essa parceria nem foi remunerada pela execução do projeto.

O saldo de R\$30.687,67, representam os montantes já recebidos financeiramente pela fundação que ainda não haviam sido empregados nos propósitos a que se destinavam.

16.2 Receitas e Custos com contratos de parceria - SICONV.

Em 2016 a Fundação recebeu recursos do SICONV no valor de R\$200.000,00 a serem utilizados na compra de equipamentos. Este valor está em conta de aplicação com acréscimo dos rendimentos por ocasião do Balanço, sendo o saldo da conta Banco do Brasil nº 34.503-2 (R\$85.942,50).

17. Honorários Médicos

	R\$	
	2018	2017
Honorários Médicos	296.889,39	290.247,10
	296.889,39	290.247,10

18. Outras Obrigações

Sem movimentações a conta deste grupo.

19. Passivo Não Circulante

As obrigações a longo prazo referem-se:

19.1. Parcelamentos: Impostos e Contribuições a Pagar

	Nº de Parcelas	Vr em Dez/2018 em R\$	Vr em Dez/2017 em R\$
IRRF - Lei 11.941	70	1.423.891,18	4.275.567,67
FGTS - Lei 11.345/2006	109	<u>1.799.500,55</u>	<u>2.006.212,93</u>
		<u>3.223.391,73</u>	<u>6.281.780,60</u>

Sendo demonstrado no Longo Prazo as parcelas a vencer em data superiores ao encerramento do próximo exercício contábil.

19.2. Dívidas com Tributos Federais

No ano de 2014, na tentativa de equalizar seus passivos tributários, a fundação ingressou com o pedido de adesão ao PROSUS.

- Em 25 de outubro de 2013, foi publicada no DOU a Lei nº 12.873, de 24/10/2013, que, dentre outros assuntos, institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área de Saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS.
- Em 11 de setembro de 2014, foi publicado no DOU a concessão do deferimento do programa PROSUS à Fusam – em condição resolutiva -.

- Conforme despacho decisório de **10/05/2016** – DRF/Taubaté-SP, foi deferido o pedido de moratória a Fusam. Esta moratória alcança dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- Por ocasião do pedido de moratória, houve desistência dos parcelamentos das Leis 11.941/09 e 11.345/06 e de todas as impugnações administrativas e judiciais dos débitos perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Receita Federal (RFB) e Previdência. Com isso, a entidade onerou seu passivo tributário que, de R\$ 30 milhões em dezembro de 2015, passou para R\$ 40 milhões em dezembro de 2016.
- A moratória inclui débitos previdenciários e não previdenciários.
- A classificação como Não Circulante se deve à moratória de 15 anos, desde que a Entidade honre com os pagamentos dos tributos correntes, o que vem ocorrendo.
- O montante recolhido anualmente a título de tributos correntes implicará remissão, no mesmo valor, das dívidas incluídas na moratória. Em conformidade a Lei “considera-se ocorrida à remissão no mês seguinte ao término do período anual de recolhimento”.
- Total de tributos a remidos em Janeiro de 2018 – R\$ 2.253.214,12

Descrição das Dívidas	Processo	Saldo Atualizado
INSS - Lei 11.345	16041.000669/2007-30	R\$ 18.754.054,96
PIS - Lei 11.345	10860.001727/2007-12	R\$ 200.342,59
INSS - PAE - Especial (FPM)	16041.000342/2007-68	R\$ 23.403.959,78
TOTAL		R\$ 42.358.357,33

19.3. Provisão de Reserva para Contingências

A Fundação possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento, que envolvem responsabilidades de contingentes. Os processos encontram - se em fase de defesa. As provisões para contingências foram estabelecidas pela administração da fundação levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas prováveis no montante de **R\$2.418.979,82** (base em 31/12/2018).

Sendo a composição:

	<u>Valor em Dez/2018 (R\$)</u>	<u>Valor em Dez/2017 (R\$)</u>
Provisão Reserva para Contingências -	2.418.979,82	7.408.959,62
Sendo:		
Processos Cíveis	1.665.610,79	3.660.319,73
Processos Trabalhistas	753.369,03	3.748.639,89
	<u>2.418.979,82</u>	<u>7.408.959,62</u>

A entidade tem **ações de natureza trabalhistas**, envolvendo riscos e perdas classificados pela administração como possíveis e remotos, no montante de R\$11.743.244,91, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída de acordo com a CPC PME.

A entidade tem **ações de natureza Cível**, envolvendo riscos e perdas classificados pela administração como possíveis, no montante de R\$7.601.072,87, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída de acordo com a CPC PME.

20. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Conforme estatuto social, a Fundação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não distribuindo qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação em superávits. Desta forma, o resultado – seja superávit ou déficit é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Na hipótese de dissolução ou extinção da Fundação, o eventual patrimônio remanescente será destinado à entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou a entidade pública, a critério da instituição.

O Superávit do exercício de 2010, no montante de **R\$2.149.970,23**, após apreciação pelo conselho, foi integrado a conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Superávit do exercício de 2011, no montante de **R\$738.911,69**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2012, no montante de **R\$3.212.715,57**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2013, no montante de **R\$1.264.241,96**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2014, no montante de **R\$5.215.113,19**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Superávit do exercício de 2015, no montante de **R\$112.901,27**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava

O Déficit do exercício de 2016 no montante de **R\$10.411.883,78**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2017 no montante de **R\$9.425.668,32**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

Déficit do exercício de 2018 no montante de **R\$11.996.444,81**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava

21. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2017 a Fundação reverteu o saldo proveniente do laudo de avaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado - R\$18.892.874,69 (Dezoito Milhões Oitocentos Noventa e Dois Mil, Oitocentos e setenta quatro reais e sessenta nove centavos) e o saldo da Depreciação Acumulada R\$5.732.371,53 (cinco Milhões, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta um reais e cinqüenta três centavos). Os registros contábeis foram em contrapartida a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no subgrupo do Patrimônio Social.

22. Ajustes de Exercícios Anteriores

Referem-se a ajustes decorrentes de regularizações contábeis decorrentes de conciliações.

Descrição	Aumento da Despesa	Aumento da Receita
Ajustes Parcelamentos – juros IRRF		R\$ 2.543.952,59
Ajustes CONTINGÊNCIAS		R\$ 4.989.979,80
		R\$ 7.533.932,39

Total ajustado no exercício de 2018 - **R\$7.533.932,39 (credor).**

23. Receitas

23.1 Transferências

A **Prefeitura Municipal de Caçapava** transferiu a fundação no ano de 2018 – para custeio dos pacientes SUS e manutenção dos serviços - o montante de **R\$36.147.895,83** (TRINTA E SEIS MILHÕES, CENTO E QUARENTA E SETE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA CINCO REAIS E OITENTA TRÊS CENTAVOS).

23.2 Doações Recebidas

No exercício de 2018 a Fundação recebeu doações de: gêneros alimentícios (Cestas Básicas), mercadorias e materiais hospitalares, material para manutenção e reforma no montante de **R\$688.084,53** - em doações de Pessoas Jurídicas.

Descrição	R\$	
	2018	2017
Donativos de Particulares - Pessoa Física	-	100,00
Donativos de Particulares - Pessoa Jurídica	688.084,53	651.115,28
Total	688.084,53	651.215,28

23.3 Outras Receitas

Descrição	R\$	
	2018	2017
Receitas FOPG	0,00	0,00
Outras Receitas	3.045,48	5.521,26
Total	3.045,48	5.521,26

Custos e Despesa Operacionais

24.1 Custos dos Serviços Prestados

Descrição	R\$	
	2018	2017
Material de Consumo	3.434.451,73	3.980.033,74
Serviços Médicos	10.815.976,94	11.082.209,59
Serviços de Terceiros	913.176,89	871.811,04
Total	15.163.605,56	15.934.054,37

24.2 Encargos Sociais e Administrativos

Descrição	R\$	
	2018	2017
FGTS	1.497.832,05	1.422.666,56
PIS/PASEP FOPG	186.490,14	178.360,90
Total	1.684.322,19	1.601.027,46

24.3 Despesas Administrativas

Descrição	R\$	
	2018	2017
Água	132.302,07	137.282,51
Energia Elétrica	372.993,55	320.672,24
Telefone	43.395,30	51.050,42
Outros Serviços e Utilidades	17.287,67	30.040,00
Tributos e Contribuições		
Despesas Administrativas - outras	20.542,34	55.407,47
Total	586.520,93	594.452,64

24.4 Despesas Financeiras

Descrição	R\$	
	2018	2017
IOF	0,00	0,00
IR - Aplicação	0,00	0,58
Descontos Concedidos	1.153,51	0,00
Despesas Bancárias	12.329,70	12.476,35
Juros e Multas	9.061,97	106.790,82
Perdas Financeiras	0,00	0,00
Total	22.545,18	119.267,75

24. Imunidade do Imposto de Renda e Isenção das Contribuições Previdenciárias e Sociais

A Fusam é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do IR - Imposto de Renda e isenta da CSLL - Contribuição Social sobre o Superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes:

PIS/PASEP – contribuição de 1% incidente sobre o montante da Folha de Pagamento.

I.S.S.Q.N – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – isenta dos recolhimentos sobre as receitas próprias de sua atividade social.

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – isenta sobre as receitas próprias de suas atividades sociais.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias:

1. Somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF n° 247 de 21/11/2002, artigo 47, § 2º.)
2. Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF n° 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

Caso estas obrigações fossem devidas estariam assim dispostas:

Descrição	Alíq	2018	2017	2016	2015	2014
Imposto de Renda PJ	1,20%	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo	R\$ 1.354,82	Resultado Negativo
CSSL	1,00%	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo	R\$ 1.129,01	Resultado Negativo
ISS sobre Receitas	3,00%	R\$ 936.100,56	R\$ 1.023.495,04	R\$ 1.031.489,19	R\$ 1.047.156,75	R\$ 981.792,07
COFINS	3,00%	R\$ 936.100,56	R\$ 1.023.495,04	R\$ 1.031.489,19	R\$ 1.047.156,75	R\$ 981.792,07
PIS sobre Receitas	0,65%	R\$ 202.821,79	R\$ 221.757,26	R\$ 223.489,32	R\$ 226.883,96	R\$ 212.721,61
INSS - Cota Patronal		R\$ 4.572.284,14	R\$ 5.081.704,85	R\$ 4.572.284,14	R\$ 4.278.262,59	R\$ 3.813.178,01
Descto.Fatura Sabesp	50,00%	R\$ 133.273,56	R\$ 137.282,51	R\$ 133.273,56	R\$ 154.549,45	R\$ 36.289,71
		R\$ 6.780.580,61	R\$ 7.487.734,69	R\$ 6.992.025,40	R\$ 6.754.009,50	R\$ 6.025.773,47

Em observação ao artigo 32º. da **Portaria n° 1.970 de 16/08/2011**, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60%, em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

Total da Prestação de Serviços em 2018

Atendimentos	Quantidade	%
SUS	624.765	99,78%
Convênios	1.367	0,22%
Total	626.132	100%

25. Outras Informações

a) Legislação Fiscal

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

b) Cobertura de Seguros

Em 2018, não houve a contratação de seguro predial em 2018.

c) Bens em Consignação

Os bens consignação são transferidos para uso pela entidade, não há contrato especificando responsabilidades, bem como não é possível determinar as responsabilidades da fundação quanto ao uso manutenção e período de usufruto destes itens.

Em 2018 constavam na fundação itens de terceiros em consignação:

	Fornecedor	Valor do Fornecedor
	Abbot Laboratório do Brasil Ltda	R\$ 23.636,62
	Air Liquide do Brasil S.A	R\$ 83.777,13
	Biofast Medicina	R\$ 5.070,00
	CentroVale Soluções	R\$ 184,20
Equipamentos	Cirurgica São José Ltda	R\$ 184,20
	Gasball Armazenamento e Distr.	R\$ 3.000,00
	Intervale Informática	R\$ 770,00
	Office Vale	R\$ 34.873,28
	Oxymed Assist. Técnica	R\$ 13.382,00
	Prefeitura Municipal de Caçapava	R\$ 754.658,01
	Samtronic Industria e Comércio Ltda	R\$ 19.600,00
	Y.R. Iglesias	R\$ 350,00
		R\$ 939.485,44

d) Trabalho Voluntário

Durante o exercício de 2012 o CFC – Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A Administração da fundação entende que os “serviços voluntários” existentes atualmente são referentes aos membros dos “Conselhos” e os membros não são remunerados, conforme disposição legal e estatutária.

Nesse sentido, o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos da Administração da fundação, no exercício de suas funções, está reconhecido em Nota Explicativa pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Ademais a Fundação não recebeu a doação de serviços oferecidos por jurídicas.

Os cálculos foram efetuados considerando salário base do Presidente sendo 01 reunião mensal com a média de presença de 04 membros conselheiros; portanto:

Base Salarial - Salário Superintendente em 01/2018					R\$ 9.880,12	220 hrs
Meses	Reuniões	Número de Conselheiros	Dedicação em Hrs	Remuneração		
Janeiro	1	4	2	R\$ 359,28		
Fevereiro	1	4	2	R\$ 359,28		
Março	1	4	2	R\$ 359,28		
Abril	1	4	2	R\$ 359,28		
Maio	1	4	2	R\$ 359,28		
Junho	1	4	2	R\$ 359,28		
Julho	1	4	2	R\$ 359,28		
Agosto	1	4	2	R\$ 359,28		
Setembro	1	4	2	R\$ 359,28		
Outubro	1	4	2	R\$ 359,28		
Novembro	1	4	2	R\$ 359,28		
Dezembro	1	4	2	R\$ 359,28		
					R\$ 4.311,33	

***Valor estimado.**

26. Eventos Subsequentes ao encerramento do exercício

Em 06 de Março de 2012, através do Ato Declaratório Executivo nº 4 a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté, reconheceu a isenção, com efeitos retroativos a partir de 14/06/2007, das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei 8.212/1991 – INSS Patronal à Fusam. Portanto a partir do ano de 2012 o órgão (RFB) deverá proceder com os ajustes e lançamentos dos créditos oriundos dos pagamentos da cota Patronal do INSS efetuados no período de Junho de 2007 a Outubro de 2011, o que invariavelmente, há de proporcionar uma expressiva redução dos valores constantes em parcelamentos com a restituição do crédito tributário. Foram provisionados em 2017 o possível valor a ser ressarcido nos exercícios posteriores.

Em 2014, a fundação solicitou o ingresso no PROSUS – Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos, em conformidade a Lei nº 12.873 de 24/10/2013. O programa objetiva para aquelas entidades que se encontrem em grave situação econômica - financeira, a concessão de moratória e remissão das dívidas vencidas no âmbito da SRF - Secretaria da Receita Federal do Brasil e da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A moratória e remissão das dívidas proporcionará uma expressiva alteração na movimentação do patrimônio da fundação.

Em Junho de 2018 recebemos do Ministério da Saúde ofício informando a exclusão da Fundação do PROSUS. A partir deste momento, os valores devidos retornam às condições para negociação e parcelamento junto à Receita Federal, e não há mais a remissão da dívida.

Em 2015 a Fundação contratou a empresa STAFF Auditoria & Assessoria – EPP, empresa especializada em consultoria patrimonial, para efetuar o levantamento, conferência e cadastramento de todos os bens móveis da entidade, incluindo a comparação dos bens contabilizados com os efetivamente encontrados. Os relatórios – objetos desta contratação – não foram encaminhados à contabilidade para os devidos exames e contabilização.

A apuração da depreciação dos itens adquiridos em 2014, 2015 e 2016 foi efetuada e baseada em critérios definidos pelas consultorias realizadas em anos anteriores (AfixCode). Ressalto que a contratação do levantamento patrimonial, tinha como finalidade primordial, a atualização e controle dos bens de propriedade da entidade e a realização de ajustes contábeis. O reconhecimento e resultado deste trabalho serão contabilizados após avaliação dos conselhos deliberativos da fundação, e seus efeitos serão ajustados contra a conta de Déficit Acumulado, após a autorização das assembleias dos conselhos.

Análise Econômica – Financeira

Demonstramos, nesta análise, a evolução da saúde econômica e financeira da fundação no período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2018.

Em dezembro de 2018 a fundação, encerrou o exercício com déficit financeiro (excluídas os valores em contas correntes com depósito de recursos vinculados) e muitos fornecedores constatavam com seus pagamentos postergados.

Em 2018 houve um decréscimo das receitas da fundação, já as despesas aumentaram por conta dos impactos oriundos dos ajustes aplicados no ano como: inflação, dissídios salariais, reequilíbrios contratuais e operações de compra de estoque e itens de consumo; manutenção da estrutura hospitalar e também continua a ser prejudicada pela grave crise que assola o país.

A Receita Total de 2018 foi inferior à receita de 2017 em, aproximadamente, 4%

Destacamos a participação nas receitas oriundas dos atendimentos à pacientes SUS, cujo valores são repassados pela Prefeitura Municipal de Saúde.

Os índices financeiros não são os ideais.

A composição do endividamento indica que a concentração de dívidas é maior no longo prazo.

A fundação apresentou um Déficit da ordem de **R\$11.996.444,81**.

Após estas movimentações, o Passivo a Descoberto passou para (R\$37.907.974,14).

O ano de 2018 continuou a refletir a grave e difícil crise no cenário da saúde nacional, com reflexos - em especial- para as entidades filantrópicas e públicas.

A economia indica baixo crescimento econômico e financeiro para os próximos anos. A política econômica de estímulo ao consumo tem gerado uma inflação persistentemente e alta; há déficits em transações correntes, que afetam, diretamente, os processos da fundação.

Os governos passam por escassez e dificuldades na geração de recursos financeiros, e a fundação tem sofrido com as medidas protecionistas anunciadas, em especial cortes em seu orçamento.

Por outro lado, a crise aumenta o desemprego, e isto também afeta – diretamente - a fundação e seus serviços, com a perda da assistência da saúde privada os beneficiários passam a ser assistidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, o que aumenta os gastos com a manutenção e assistência ao sistema público de saúde.

Em virtude deste cenário a gestão da fundação continuará a ter muitas dificuldades. Deverá manter todas as ações iniciadas para conter o crescimento dos gastos e continuar a buscar mais eficiência na gestão destes recursos. Evidentemente, continua-se a buscar outras fontes de receitas, mas que, aguardam as definições e deliberações dos órgãos reguladores.

Simoni A. A. Sbruzzi

CRC – 1SP165184/0-7 Contadora

Celso Viviani Alves

Presidente da Fusam